

Discurso de posse da Conselheira Teresa Duere (29/8/2002)

Minhas senhores, meus senhores

Ao assumir este novo desafio na minha vida pública, não escondo a emoção que o momento inspira nem as reflexões que a circunstância provoca.

O dia de hoje significa para mim a continuidade de um ideal. Mas, ele não simboliza apenas o compromisso à causa pública. É, também, em certo sentido, um novo depois. Começa em mim o sentimento de pertencer a uma nobre instituição que soube se fazer respeitar nessas três décadas de grandes serviços prestados à coletividade. Com essa compreensão, tenho a responsabilidade de honrá-la, igualando-me aos demais Conselheiros, se mais não seja, pelo menos no esforço e na dedicação.

Este Tribunal, instituído pelo saudoso Governador Nilo Coelho, teve nos seus primeiros Conselheiros, o Dr. Ruy Lins de Albuquerque, homem público exemplar que construiu este Tribunal, com espelho no âmbito estadual do mais que centenário Tribunal de Contas da União, instituído sob a inspiração do grande Rui Barbosa. Nesse sentido, como corpo de magistratura intermediária, e autônomo aos Poderes Executivo e Legislativo, tem função fundamental no organismo constitucional, à medida que suas atribuições de análise, revisão e julgamento são independentes àqueles poderes. Isso lhe confere o atributo de promover a boa funcionalidade, a consistência e o equilíbrio entre os entes públicos o que, em última instância, avaliza sua atuação como instrumento de fortalecimento e aprimoramento da vida democrática.

A democracia somente prospera no pluralismo. As eleições, a periodicidade dos mandatos, a garantia dos direitos políticos e sociais são, sem dúvida, suas características fundamentais.

Contudo, lhe é também essencial a ampla repartição do poder; do poder político, mas também do poder econômico, do poder social. Ela não é apenas um regime político; é também forma de organização da sociedade, e forma de convivência harmoniosa de múltiplos centros de poder e decisão. Democracia é

poder compartilhado, que não é sinônimo de equalitarismo, mas que não subsiste nas grandes injustiças.

Montesquieu dizia: "A democracia deve evitar dois excessos: o espírito de igualdade, que conduz ao governo de um só; e o espírito de igualdade extrema, que conduz ao despotismo de um só". Impor a igualdade absoluta equivale a privar a liberdade. Garantir a liberdade equivale a reconhecer a desigualdade.

Governar democraticamente é exercer controles sociais fundados no consentimento. As eleições conferem ao governante legitimidade apenas formal. A legitimidade substantiva cimenta-se no dia-a-dia das decisões que procurem atender às aspirações e aos interesses coletivos. Consagra-se na sua execução e é conquista de cada momento.

O controle do Estado pela sociedade equivale a um julgamento político das ações de seus dirigentes e a um julgamento de sua capacidade de captar e de atender aos anseios sociais.

A legitimidade formal dessas ações é a sua conformidade à lei. A legitimidade é completa quando envolve o bom uso dos recursos públicos, bom uso significando, ao mesmo tempo, o seu emprego socialmente desejado, tecnicamente factível e economicamente eficiente.

O controle social do Estado, próprio das democracias, é um mecanismo complexo e multiforme de auto-regulação das ações políticas e a dimensão do Estado moderno torna essenciais os mecanismos de controle à gestão política democrática.

Nesta Casa terei o dever de saber julgar serenamente, meditadamente, com isenção e equilíbrio. Sinto-me preparada para isso, em espírito e em mente, pela experiência adquirida em muitos anos de vida pública. Orgulho-me dessa trajetória desde a militância no Movimento Cristão Popular, ao lado de Dom Hélder Câmara em árduas lutas de anos difíceis, até a recente e honrosa missão de líder de um governo que ficará na história de Pernambuco. A passagem em várias funções técnicas, de gestora pública e a longa

vivência parlamentar me conferem segurança, legitimidade e conhecimento para assumir essa nova tarefa.

Nunca deixei de sonhar e meu sonho é, sempre foi, um sonho coletivo para a construção de uma sociedade justa.

Serei a primeira mulher conselheira neste Tribunal. A mulher, por uma característica mais biológica do que cultural, tem um olhar diferente e uma percepção mais intuitiva sobre as coisas do mundo. É uma responsabilidade adicional pela singularidade momentânea e pelo pioneirismo do fato no nosso Estado. Mas não vim aqui deliberadamente para quebrar tabus ou subverter paradigmas. Terei, todavia, a ousadia de inovar e a capacidade de me renovar, porque assim sempre o fiz. Independentemente do gênero, meus colegas terão em mim uma companheira leal, uma parceira aplicada e uma amiga sempre disponível.

Tenho a lealdade como virtude confessada e, sobretudo, sou leal comigo mesma e com meus ideais. Jamais estaria aqui se não tivesse a certeza de poder contribuir. Não tenho aqui projeto pessoal, mas a firme determinação de fazer um trabalho colegiado em favor de Pernambuco. Tenho compromisso público com a democracia e com a ética. Para cumpri-lo com eficiência conto também com a excepcional qualificação de quadros técnicos deste Tribunal.

O conceito amplo de política é estreitamente vinculado ao conceito de poder e o conjunto das instituições é o meio pelo qual esse poder é exercido. Fazer política deve ser entendido também como a capacida-

de de controlar, regular e equilibrar a ordem e a justiça em favor do bem comum.

Venho para este Tribunal confortada pelo aval de muitas confianças. É tempo de reconhecer, é hora de agradecer.

A unanimidade dos meus pares na Assembléia Legislativa é um atestado inquestionável de mérito que recebo com modéstia mas com a consciência de que fiz por onde merecê-lo. Manifestei publicamente orgulho e honra por ter pertencido àquela Casa, assim como já externei pessoalmente o meu apreço e o meu agradecimento a cada um dos colegas e amigos que lá deixei.

Devo externar também reconhecimento ao Governador Jarbas Vasconcelos. A quem dedico grande admiração como sua líder que fui e amiga que sou.

Mendonça Filho, jovem mestre do ofício político, velho amigo, da convivência fraterna; minha reverência ao vice-governador de agora, minha deferência especial ao grande amigo de sempre.

Permito-me, neste instante, uma concessão ao sentimento mais íntimo, à emoção mais próxima: à lembrança inesquecível do meu pai, à minha mãe, exemplo de vida, aos meus irmãos, cunhadas e amigos irmãos, de carinhos constantes e permanentes apoios. Dedico-lhes, a todos, o amor e a gratidão de sempre.

Esta é uma Casa onde mora a sabedoria. É morada do bom julgamento. Deus há de me conceder a sabedoria dos justos para que possa fazer a justiça dos sábios. Saberei receber esta graça com humildade.

Muito obrigada.